

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 0630/2019

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, torna público que fará realizar licitação na modalidade pregão eletrônico, para selecionar proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UDESC, conforme especificações constantes do **Anexo II**.

OBSERVAÇÃO:

Para participar do Pregão Eletrônico é obrigatório providenciar a chave de identificação e senha de acesso por meio do registro no Cadastro Central de Fornecedores (CCF), obtido na página eletrônica do Portal de Compras do Governo do Estado de Santa Catarina, endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, link “Fornecedores”.

Os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar qualificados para prestação do serviço (Grupo-Classe XX-XX) correspondente

Entrega das Propostas:

Início: A partir das 14h00min do dia XX/04/2019
Término: 14h00min do dia XX/04/2019

Abertura das Propostas:

A partir das 14h00min do dia XX/04/2019

Início da Disputa:

A partir das 14h15min do dia XX/04/2019

LOTES 01, 02, 03 E 05 EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (PE nº 0630/2019)**site: <http://e-lic.sc.gov.br/>e-mail: licita@udesc.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

PREGÃO ELETRÔNICO nº 0630/2019

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, na condição de órgão gerenciador, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para selecionar proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UDESC**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – Coordenadoria de Licitações e Compras, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante na página eletrônica do Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, no endereço www.portaldecompras.sc.gov.br.

1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Quadro de Quantitativo(s) e Especificação(ões) Mínima(s) do(s) Item(ns);

Anexo III – Modelo de Proposta de Preços – “on-line”;

Anexo IV – Identificação dos Envelopes, das Amostras e Prospectos;

Anexo V – Recibo de Documentos Adicionais, Amostras e Prospectos;

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VII – Minuta de Contrato;

Anexo VIII – Termo de aceite da Ata de Registro de Preços;

Anexo IX – Modelo de Autorização de Fornecimento;

Anexo X – Informações da empresa vencedora para contratação.

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

2.1.1 – A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UDESC**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **Anexo I** e **Anexo II** nas condições previstas neste edital.

2.1.1.1 – As quantidades licitadas e informadas no Anexo II são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

2.2 – Do Convênio ICMS nº 26/03

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

2.2.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.2 - Nos termos do Convênio ICMS 26/03, por se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.2.3 - Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.4 - A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

- a) dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93;
- b) saída promovida por contribuinte enquadrado no simples nacional;
- c) saída de bens ou mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

2.2.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto à qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

2.3 – Da Execução da Licitação

O processamento da licitação pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, será na qualidade de Interveniente Promotora/Órgão Gerenciador, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da UNIVERSIDADE.

2.3.1 – Nos termos do parágrafo único do art. 85 do Decreto Estadual 2.617/09, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de:

3.2.1 – Empresas punidas com o impedimento do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.2 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

4.1 – A verificação se as licitantes atendem as exigências do edital;

4.2 – A abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;

4.3 – O acompanhamento e intervenção, quando necessário, dos procedimentos relativos aos lances;

4.4 – A análise da documentação de habilitação encaminhada, via email, da licitante que apresentou o menor preço;

4.5 – Geração da ata da sessão;

4.6 – Indicação para registro de preço da proposta da licitante que atendeu aos requisitos de habilitação;

4.7 – O recebimento das propostas eletrônicas de preços e, quando necessário, do original ou cópia autenticada da documentação adicional;

4.8 – O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;

4.9 – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 – Para participar do Pregão Eletrônico os interessados deverão estar previamente cadastrados junto ao sistema de Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificadas para fornecimento do objeto referente ao grupo-classe indicado no **Anexo II**.

5.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no site da Secretaria de Estado da Administração (www.sea.sc.gov.br) por intermédio do link “Licitações” em seguida “fornecedores” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

5.2 – Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) obtidas a partir do menu “Fornecedores” do Portal de Compras.

5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu Grupo-Classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Secretaria de Estado da Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.

5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 – PARTICIPAÇÃO

6.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1 – O sistema de licitações poderá ser acessado no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

6.2 – Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

6.2.1 – Quando o licitante for beneficiário da LC 123/06, deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4 – Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

6.5 – Os licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

7.3 – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

7.4 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – Da proposta on-line:

8.1.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.1.2 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.1.3 – Os licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.1.4 – A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, obrigatoriamente, conforme as especificações abaixo, sob pena de desclassificação:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM E DO LOTE”;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

b) Deverá constar fabricante/marca/modelo/procedência/apresentação/nome comercial/referência/número ou Certificado de Registro do Produto junto ao ente fiscalizador (quando cabível)/descrição exaustiva e características adicionais do objeto que permita à Administração identificá-lo e avaliar se o produto atende ou não às especificações mínimas requeridas. Tais informações deverão constar no campo “observações adicionais” de cada item.

8.1.5 – A proposta de preços com base na especificação do Anexo II, deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Central de Fornecedores, que contém obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou endereço eletrônico.

8.2 – Da proposta on-line readequada:

8.2.1 – A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por item, deverá detalhar sua proposta **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão.

8.2.2 – Sendo vencedora do certame empresa catarinense, nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, de acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a licitante deverá, obrigatoriamente, informar **a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”**.

8.2.2.1 – Informada a alíquota, esta deverá detalhar **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor **sem incidência do ICMS** (objetivando a emissão do contrato, da nota de empenho e do documento fiscal), no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão, observado o subitem **2.2.4**.

8.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo.

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5 – O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento/Contrato.

8.6 – A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, enviar, por meio eletrônico, as informações constantes do Anexo X, pelo Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data da convocação do pregoeiro.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2 – Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.2.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.2.2 – Os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o lance imediatamente computado, e visualizado seu horário de registro e valor no link “histórico de lances” e na ata de sessão.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

9.2.2.1 – Somente o licitante de menor lance, dentre os ofertados e, enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

9.2.2.2 – Os lances aceitos ofertados serão no valor unitário do item (quando da cotação por item) ou valor total do lote (quando da cotação por lote), expressos em reais com, no máximo, duas casas decimais.

9.3 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance da própria licitante, registrado anteriormente no sistema.

9.4 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.5 – A etapa de lances da sessão pública terá duração mínima de 5 (cinco) minutos, sendo que após este período caberá ao Pregoeiro avaliar o momento em que será aplicado o ‘autoencerramento’ (tempo randômico). Antes de utilizar tal expediente, comunicará via chat o horário em que se iniciará tal procedimento e que a fase será encerrada em até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a etapa de lances.

9.6 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.7 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na LC 123/06;

9.7.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema aplicará automaticamente o benefício da LC 123/06, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei.

b) o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da LC 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§1º e 2º do art. 44 da LC 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.8 – O disposto no **subitem 9.7** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.9 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **subitem 9.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.10 – Encerrada a recepção de lances dos beneficiários da LC 123/06, quando houver, o Pregoeiro poderá, antes de anunciar o vencedor, encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

9.11 – O sistema anunciará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão previstas nos itens anteriores.

9.12 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no **item 10** deste Edital.

9.13 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Será verificada a situação de regularidade da licitante detentora da melhor oferta, da seguinte forma:

10.1.1 – Consulta *on-line*, pelo Pregoeiro, do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, válido na data limite fixada para abertura de propostas neste Pregão, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação.

10.1.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no site da Secretaria de Estado da Administração (www.sea.sc.gov.br), no link “Licitações” e em seguida “fornecedores” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

10.1.1.2 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente no prazo de até 30 minutos.

10.1.2 – Para suprir a documentação vencida, no que diz respeito à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, o Pregoeiro(a) poderá verificar nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o(s) documento(s) hábil(eis) correspondente(s), constituindo meio legal de prova.

10.1.3 – A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.1.4 – Qualificação Técnica:

10.1.4.1 – As empresas participantes da licitação deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica para todos os itens que estarão participando, sendo este Atestado, compatível com o objeto licitatório.

10.1.5 – Caso o Pregoeiro não obtenha as condições necessárias correspondentes ao subitem 10.1.2, deverá comunicar via “CHAT” a obrigatoriedade de atendimento do subitem 10.1.1.2.

10.1.5.1 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato/ARP ou revogar a licitação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

10.2 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

10.3 - Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação, com plano de recuperação deferido e homologado judicialmente, que apresentarem certidão positiva deverão apresentar ainda certidão de aptidão financeira emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar deste procedimento licitatório nos termos das Leis 8.666/1993 e 11.101/2005.

10.3.1 - Comprovação do acolhimento judicial do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou da homologação judicial do plano de recuperação, no caso de recuperação extrajudicial.

10.3.2 Os licitantes que se encontrarem em recuperação judicial ou extrajudicial devem demonstrar todos os demais requisitos para habilitação econômico-financeira, como qualquer licitante.

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE ENVELOPES, AMOSTRA(S)/PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAI(S)

11.1 – A(s) empresa(s) consideradas vencedora(s) deverá(ao) encaminhar amostra, quando solicitado, devidamente identificada(s), conforme **Anexo IV**.

11.2 – Documento(s) adicional(is), amostras/prospectos e laudos, quando exigidos, deverá(ão) ser(em) apresentado(s) em envelope fechado (preferencialmente opaco) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo IV**.

11.2.1 – O(s) documento(s) adicional(is), amostras/prospectos e laudos, **QUANDO SOLICITADOS**, deverá(ão) ser(em) entregue(s) na área técnica da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Av. Madre Benvenuta, nº 2007, Itacorubi, Florianópolis, SC.

11.2.1.1 – A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, no endereço licita@udesc.br no prazo de até 01 (um) dia útil a contar da convocação do pregoeiro, os seguintes documentos:

a) Proposta atualizada contendo o valor final da proposta readequado conforme etapa de lances, mencionando fabricante /marca /modelo /procedência /apresentação /nome comercial /referência /número ou Certificado de Registro do Produto junto ao ente fiscalizador (quando cabível) /descrição exaustiva e características adicionais do objeto que permita à Administração identificá-lo e avaliar se o produto atende ou não às especificações mínimas requeridas.

11.3 – A(s) amostra(s), quando solicitadas, deverá(ão) ser entregues no endereço citado no subitem 11.2.1, das 13h às 19h, em até 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação do pregoeiro.

11.4 – Será desclassificada no item, a proposta da licitante vencedora que desatender ao **subitem 11.3** e/ou apresente amostra(s) fora das especificações técnicas previstas no **Anexo II** deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas.

11.5 – O Recibo de Documentos Adicionais e Amostra (**Anexo V**) deverá ser preenchido em 02 (duas) vias e entregue na área técnica da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Av. Madre Benvenuta, nº 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, juntamente com o envelope e amostra (quando solicitado).

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

12 – JULGAMENTO

12.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, conforme **Anexo II**.

12.2 – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.3 – Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT ou, na ausência de parâmetros oficiais, o Pregoeiro adotará critérios próprios, justificadamente, limitados em qualquer hipótese à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

12.4 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) que conflitarem com a legislação em vigor;
- c) a pedido da licitante, devidamente justificada, analisada e aceita pelo Pregoeiro.

12.5 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

13 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou e-lic.sc.gov.br, selecionando painel de controle botão Impugnações.

13.2 – O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

13.3 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir Anexos imediatamente antes de fechar a janela.

13.3.1 – As impugnações registradas no Sistema, constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinado, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

13.4 – Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

13.4.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o Anexo IV, no endereço e horário constante no subitem 17.1.

13.5 – Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

13.6 – Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotos e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, **em campo próprio do Sistema**, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

13.6.1 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.6.2 – Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

13.7 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

13.8.1 – Os recursos registrados no Sistema, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

13.9 – Caso efetuem recursos sem o uso do Sistema, estes deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

13.9.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o Anexo IV, no endereço e horário constante no subitem 17.1.

13.10 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

13.11 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.12 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Homologado o procedimento, o Órgão Gerenciador convocará a licitante vencedora para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, via correio eletrônico, que pode ser de duas formas: assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, ou do Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços, por correio eletrônico.

14.2 Considerando que o Sistema eletrônico utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame implicando também a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo, a assinatura da Ata de Registro de Preços será substituída e firmada nos termos do Anexo VII (Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços).

14.2.1 A empresa DECLARA por fim, que o Termo de aceite da Ata de Registro de Preços supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços deste pregão eletrônico, surtindo efeitos jurídicos.

14.2.2 O Anexo VII (Termo de aceite da Ata de Registro de Preços), **deverá ser devolvido** à UDESC, por intermédio de correio eletrônico (*e-mail*), no endereço licita@udesc.br, o licitante convocado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinar a Ata de Registro de Preços ou seu Termo de Aceite, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

14.2.3 A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador juntamente com o(s) Termo(s) de Aceite(s) do(s) fornecedor(es) cujo(s) preço(s) for(em) registrado(s). E, depois

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

14.2.4 A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços/Termo de Aceite e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital

14.2.5 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender às condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou seu Termo de Aceite, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, cabendo à UDESC o registro dos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação;

14.2.6 Os fornecedores classificados, subsequentemente, se desejarem, poderão registrar os seus preços na Ata de Registro de Preços, desde que aceitem fornecer ao preço do detentor do melhor preço registrado

14.3 A UDESC encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), conforme modelo constante do Anexo VIII, via e-mail com aviso de recebimento, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

14.4 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura da Ata de Registro de Preços/Termo de Aceite, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pelo Órgão Gerenciador.

14.5 Havendo recusa injustificada por parte da licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços ou seu Termo de Aceite, o Órgão Gerenciador cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente e neste edital.

14.6 Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços/Termo de Aceite, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.7 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC);

14.8 A minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo VI, é parte integrante deste edital.

14.9 Da execução da Ata de Registro de Preços:

14.9.1 A Ata de Registro de Preços somente será utilizada pelo Órgão Gerenciador e Centros Participantes indicados no [Anexo VII](#).

14.9.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Centros Participantes a firmar as contratações que deles podem advir.

14.9.3 Ao assinar a Ata de Registro de Preços/Termo de Aceite, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

14.9.3.1 O Órgão Gerenciador e os Centros Participantes não estão obrigados a contratar a totalidade dos quantitativos previstos na ata, podendo contratar de forma parcelada, de acordo com as suas necessidades.

14.10 Da alteração da Ata de Registro de Preços:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

14.10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93, como dispõe o artigo 100 do Decreto Estadual 2.617/09.

14.10.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do artigo 101 do Decreto Estadual 2.617/09, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.10.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo da prestação dos serviços registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto ao fornecedor.

14.10.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor terá o seu registro cancelado e será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação:

14.10.4 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) negociar os preços;
- b) frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.10.5 Não havendo êxito nas negociações, a Unidade Gerenciadora deverá proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

14.11 Na ocorrência de fato imprevisível, poderá o fornecedor ou prestador, a partir de informações devidamente comprovadas e justificadas, solicitar a revisão dos preços registrados, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

15 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O Prestador de Serviço terá seu registro cancelado quando:

15.1.1 Não retirar o respectivo contrato, ordem de serviço, autorização de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

15.1.2 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.1.3 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato/ordem de serviço/autorização de fornecimento decorrente da ARP firmada;

15.1.4 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

15.1.5 Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificadas;

15.2 O prestador poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço ocorrendo fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

15.3 O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16 DA CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços, após a indicação pelo Órgão Gerenciador, será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço/Contrato/Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Pregão, correndo às suas responsabilidades todos os direitos e deveres decorrentes da execução contratual.

16.2 A UDESC fiscalizará a execução do contratado nos termos do art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei 8.666/93.

16.3 Do Recebimento do Contrato ou Ordem de Serviço:

16.3.1 A licitante vencedora será convocada pelo Centro Participante, para assinatura do Contrato ou retirada da Ordem de Serviço, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação;

16.3.2 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato ou retirar a Ordem de Serviço, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante;

16.3.3 Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato ou retirar a Ordem de Serviço, o órgão/entidade participante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei 10.520/02 e neste edital.

16.4 A Contratante poderá, a seu critério, emitir a Ordem de Serviço por e-mail, ficando a empresa vencedora responsável por manter o endereço eletrônico de contato, já informado na proposta como disposto no item 7.1, devidamente atualizado, estando assim ciente e de acordo com os termos da Autorização de Fornecimento enviada.

16.5 Da rescisão contratual

16.5.1 A rescisão do Contrato de prestação de serviço poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei 8.666/93.

16.5.2 Da rescisão contratual decorrerá o direito da Contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

16.5.3 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei 10.520/02, no Decreto Estadual 2.617/09, neste edital e de forma subsidiária, as constantes na Lei 8666/93.

16.6 Dos direitos da Administração

16.6.1 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei 8.666/93.

16.7 A execução do Contrato/Ordem de Serviço

16.7.1 São partes integrantes do contrato a ser assinado ou instrumento equivalente, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

16.7.2 Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

16.7.3 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do contrato ou autorização de fornecimento.

16.7.4 O licitante vencedor deverá manter até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

16.8 Da vigência do Contrato/Ordem de Serviço

Os contratos ou instrumento equivalente decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57 da Lei 8.666/93.

16.9 Da alteração do Contrato/Ordem de Serviço

16.9.1 O contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

16.9.1.1 O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias até 25% do valor inicial atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

16.10 Do Serviço Contratado:

16.10.1 A fiscalização, aceitação ou rejeição do serviço contratado, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

17 DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC) e disponibilizados na página eletrônica da UDESC (www.udesc.br);

17.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Magnífico Reitor da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA;

17.3 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

17.4 – Durante a vigência do Registro de Preços, a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA poderá convocar os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente à ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da Ata de Registro de Preços;

17.5 – As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA e será procedida pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF)/Ordem de Serviço ou por documento equivalente;

17.6 – A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

17.7 – O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 – A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

18.1.1 – Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

18.2 – A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as Certidões Negativas de Débitos para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista da sede ou domicílio da contratada, demonstrando sua regularidade;

18.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: fabricante/marca/modelo/procedência/apresentação/nome comercial/referência/número ou Certificado de Registro do Produto junto ao ente fiscalizador (quando cabível)/descrição exaustiva e características adicionais do objeto que permita à Administração identificá-lo e avaliar se o produto atende ou não às especificações mínimas requeridas. Indispensável ainda informar o número do Contrato/ARP, o número da Licitação, do Processo Licitatório e da Ordem de Fornecimento;

18.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

19 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

19.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do Contrato/ARP estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

19.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

19.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato/ARP, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/ARP, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato/ARP, exceto prazo de entrega;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

19.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

19.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

19.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

19.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

19.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

19.4 - A penalidade de impedimento impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o Contrato/ARP;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

19.4.1 - A penalidade de impedimento aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

19.4.2 – O impedimento do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

19.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

19.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

19.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

19.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

- a) a penalidade de impedimento acarretará na suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

19.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

19.8 - Compete ao Setor de Gestão de Contratos, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

19.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

19.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 – Informações e esclarecimentos sobre o edital serão prestadas por meio de e-mail: licita@udesc.br ou, no endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis, SC, no horário das 13h às 19h, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

20.1.1 – O fornecimento de cópias obedecerá ao seguinte:

20.1.1.1 – Cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

20.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

20.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93, sem direito a qualquer indenização.

20.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

20.5 – A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei 8.666/93,

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

20.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site www.portaldecompras.sc.gov.br, link “Licitações” e ainda, enviadas aos interessados registrados.

20.7 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

20.8 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.9 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, XX de abril de 2019.

MARCUS TOMASI

REITOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem e locação de ambulância para a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

DETALHAMENTO DO OBJETO POR LOTE

1. LOTE 1 – JOGOS INTERNOS CCT E CEAVI

Item	Modalidade	Nº de jogos/ provas/serviço	Tempo de jogo	Características da competição e quadro de árbitros por jogo
1	Basquetebol	Conforme Anexo II	De acordo com regulamento dos jogos	Naípe: feminino e masculino. 2 árbitros; 3 mesários.
2	Basquetebol 3x3	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: feminino e masculino. 2 árbitros; 2 mesários.
3	Futebol Society	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: feminino e masculino. 2 árbitros; 1 mesário.
4	Futsal	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: feminino e masculino. 2 árbitros; 1 mesário.
5	Futevôlei	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: masculino. 2 árbitros; 1 auxiliar.
6	Handebol	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: feminino e masculino. 2 árbitros; 1 mesário.
7	Tênis de Mesa	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: masculino e feminino. Até 3 árbitros (3 mesas simultâneas)
8	Voleibol	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: masculino e feminino. 2 árbitros. 1 apontador.
9	Vôlei de praia	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	Naípe: masculino e feminino. 2 árbitros. 1 apontador.
10	Xadrez	Conforme Anexo II	Definido no congresso técnico.	Naípe: masculino e feminino. 1 árbitro.

1.1 Descrição do local da execução dos serviços:

1.1.1 CAMPUS II – Norte Catarinense:

CCT - Centro de Ciências Tecnológicas:
Rua Paulo Malschitzki, Zona Industrial Norte – Joinville -SC.

1.1.2 CAMPUS V - VALE DO ITAJAÍ:

CEAVI – Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí.
Rua Dr. Getúlio Vargas, 2822 – Bairro: Bela Vista – Ibirama- SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

1.1.3 A UDESC reserva o direito de mudança dos locais (dentro de um mesmo município) de jogos, em caso de contratempo ou necessidade, sendo que os valores pagos não estarão sujeitos à alteração por conta desta modificação.

1.1.4 O quantitativo dos lotes previstos para todos os centros, caso não venham ser totalmente utilizados, poderão ser utilizados em outros centros, com a devida aprovação do fiscal de contrato e em acordo com o contratado.

1.2 Especificações Técnicas (Organização Técnica Esportiva):

1.2.1 Disponibilização de árbitros para o evento.

1.2.2 Disponibilização de material de arbitragem (apitos, cartões amarelo e vermelho, cronômetros, placares, canetas e demais materiais necessários para o serviço de arbitragem) e uniformes.

1.2.3 A empresa de arbitragem deverá seguir a proporção de no mínimo um terço da sua equipe em cada modalidade para a contratação de profissionais afiliados na federação da sua modalidade.

1.2.4 As orientações de organização e execução dos serviços serão estabelecidas pelo fiscal de contrato do centro. Para tal, cabe à contratada:

1.2.4.1 Antes do evento:

- a) Reuniões com a coordenação geral dos jogos dos centros;
- b) Realizar em conjunto com a coordenação dos jogos dos centros, a visita às instalações esportivas da cidade sede do evento.
- c) Pleno conhecimento do regulamento técnico da competição.
- d) Participação no congresso técnico.
- e) Estar disponível para eventuais alterações até o início dos jogos.
- f) Enviar listagem dos árbitros com 10 dias antecedência, indicando a federação filiada ou apresentação dos documentos que comprovem capacidade técnica de cada árbitro.
- g) Se necessário a UDESC solicitara a substituição do profissional que não atenda aos requisitos acima, justificando a mesma com base na análise da lista nominal e documentação apresentada pela empresa vencedora.
- h) No caso de ingresso de novo arbitro ao quadro da empresa durante a realização do campeonato, tal fato deverá ser comunicado por escrito a Coordenadoria de Eventos da UDESC, para análise e liberação se atender ao edital.

1.2.4.2 - Durante o evento:

- a) Estar disponível no local do evento durante todos os dias.
- b) Manter um coordenador de arbitragem geral durante todos os dias do evento.
- c) Providenciar a entrega da (s) súmula (s) do (s) jogo (s) logo após a sua realização à Coordenação Técnica dos Evento em questão, no caso de ocorrências que exijam relatórios mais extensos/detalhados;
- d) Estar no local dos jogos com antecedência mínima de 40 minutos ao horário determinado pela Tabela dos Jogos, para o início do jogo/competição.
- e) Verificar as instalações antes do início da partida e relatando qualquer problema verificado para a coordenação do evento, afim de garantir a segurança dos atletas.
- f) Zelar pelas instalações, edificações e equipamentos colocados à disposição para a realização dos jogos/competições;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

2. LOTE 2 – JOGOS DE INTEGRAÇÃO DOS SERVIDORES DA UDESC - JISUDESC 2019

Item	Modalidade	Nº de jogos/ provas/serviço	Tempo de jogo	Características da competição e quadro de árbitros por jogo/partida
11	Corrida rústica	Conforme Anexo II	O tempo que durar a prova	Categoria: adulto e sênior. Percurso 3.000m para o naipes masculino e 2.000m para o feminino. Largada única. 4 árbitros. *A empresa deverá disponibilizar painel para mostrar resultados aos participantes das provas e realizar a filmagem da prova.
12	Basquete 3x3	Conforme Anexo II	Regra do 3x3	Categoria: adulto. Naipes: feminino e masculino. 2 árbitros e 2 mesários.
13	Futebol 7 Suíço	Conforme Anexo II	Dois tempos de 20min corridos	Categoria: adulto e sênior. Naipes: masculino. 2 árbitros e 1 mesário.
14	Futsal	Conforme Anexo II	Dois tempos de 20min corridos	Categoria: adulto e sênior. Naipes: masculino e feminino. 2 árbitros e 1 mesário.
15	Gincana*	Conforme Anexo II	3 dias	Categoria: adultos. 10 provas de gincana divididas nos três dias do evento: sexta-feira à tarde, sábado pela manhã, sábado pela tarde, domingo de manhã. 2 pessoas habilitadas para conduzir.
16	Natação	Conforme Anexo II	Por tempo de duração das provas	Adulto e sênior. Naipes: masculino e feminino. Provas: 25m livre, 25m costas, 25m peito, 25m borboleta, revezamento 4x25m Livre. 1 árbitro geral. 4 cronometristas. 01 anotador/anunciador. ** A empresa deverá disponibilizar um notebook com impressora para impressão dos resultados para as equipes participantes na sequência.
17	Bocha	Conforme Anexo II	Regra Oficial de Bocha RAFA. Até 12 pontos.	Categoria: Adulto. Naipes: masculino e feminino. 1 árbitro.
18	Tênis de Mesa	Conforme Anexo II	Melhor de 3 sets de 11 pontos.	Categoria: adulto. Naipes: masculino e feminino. 1 árbitro.
19	Tênis de Campo	Conforme Anexo II	Um SET PRO (até 8 games).	Naipes: masculino e feminino. Sistema de disputa: SET PRO (set profissional), conforme regulamento técnico (ANEXO). 1 árbitro.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

20	Vôlei de Areia 4x4	Conforme Anexo II	Melhor de 3 sets de 18 pontos.	Categoria: Adulto. Naipes: masculino e feminino. 1 árbitro, 1 auxiliar e 1 mesário.
21	Xadrez	Conforme Anexo II	Definido no Congresso Técnico.	Categoria: Adulto. Naipes: masculino e feminino. 1 árbitro.
22	TACO	Conforme Anexo II	Até atingir a pontuação	Categoria Adulto. Naipes masculino e feminino. 2 árbitros

Item 15 - Gincana*: no caso específico da gincana, o evento supracitado deverá ter, no mínimo, 20 (vinte) provas realizadas. As provas da gincana devem ser variadas e aprovadas previamente pelo gestor de execução, distribuídas proporcionalmente durante todo o período do evento e devem conter atividades que envolvam capacidades físicas diversas, raciocínio lógico, coordenação motora, ludicidade e trabalho em grupo, garantindo a diversidade e dinamicidade inerentes à gincana. Os materiais a serem utilizados devem ser informados pela empresa e aprovados pelo gestor de execução juntamente com as provas nas quais eles serão utilizados. Todo e qualquer material a ser utilizado na gincana é de responsabilidade da empresa contratada.

2.1 Descrição do local da execução dos serviços:

2.1.1 O evento será realizado em Florianópolis no período de 4 a 6 de outubro de 2019. A UDESC reserva o direito de alteração dos locais de jogos em caso de contratempo ou necessidade.

2.2 Especificações Técnicas (Organização Técnica Esportiva):

2.2.1 Disponibilização de árbitros para o evento.

2.2.2 Disponibilização de material de arbitragem (apitos, cartões amarelo e vermelho, cronômetros, canetas e demais materiais necessários para o serviço de arbitragem).

2.2.3 Um representante da equipe de arbitragem de cada modalidade deverá estar disponível para reunião prévia junto à equipe de coordenação dos JISUDESC 2019;

2.2.4 A empresa de arbitragem deverá seguir a proporção mínima de 30% (trinta por cento) da sua equipe para a contratação de profissionais afiliados na federação da sua modalidade.

2.2.5 A tabela de jogos do evento será disponibilizada com cinco dias de antecedência.

2.2.6 Cabe à empresa contratada:

2.2.6.1 Antes do evento:

- Reuniões com a coordenação geral do JISUDESC 2019.
- Pleno conhecimento do regulamento técnico da competição.
- Participação no congresso técnico.
- Estar disponível para eventuais alterações até o início dos jogos.
- Enviar listagem dos árbitros com 10 dias antecedência, indicando a federação filiada ou apresentação dos documentos que comprovem capacidade técnica de cada árbitro.
- Se necessário a UDESC solicitara a substituição do profissional que não atenda aos requisitos acima, justificando a mesma com base na análise da lista nominal e documentação apresentada pela empresa vencedora.
- No caso de ingresso de novo árbitro ao quadro da empresa durante a realização do campeonato, tal fato deverá ser comunicado por escrito a Coordenadoria de Eventos da UDESC, para análise e liberação se atender ao edital.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

2.2.6.2 - Durante o evento:

- a) Estar disponível no local do evento durante todos os dias.
- b) Manter um coordenador de arbitragem geral durante todos os dias do evento.
- c) Providenciar a entrega da (s) súmula (s) do (s) jogo (s) logo após a sua realização à Coordenação Técnica dos Evento em questão, no caso de ocorrências que exijam relatórios mais extensos/detalhados;
- d) Estar no local dos jogos com antecedência mínima de 40 minutos ao horário determinado pela Tabela dos Jogos, para o início do jogo/competição.
- e) Verificar as instalações antes do início da partida e relatando qualquer problema verificado para a coordenação do evento, afim de garantir a segurança dos atletas.
- f) Zelar pelas instalações, edificações e equipamentos colocados à disposição para a realização dos jogos/competições;

3. LOTE 3 – JOGOS INTERNOS CEO

Item	Modalidade	Nº de jogos/ provas/serviço	Tempo de jogo	Características da competição e quadro de árbitros por jogo/partida
23	Futsal	Conforme Anexo II	20min x 20 min corridos	Categoria: adultos e sênior. Naipes: masculino e feminino. 02 árbitros e 01 mesário.
24	Futevôlei	Conforme Anexo II	Um set até 18 pontos e finais melhor de 3 sets	Naipes: masculino. 02 árbitros e 01 auxiliar.
25	Handebol	Conforme Anexo II	20min x 20 min corridos	Naipes: masculino e feminino. 02 Árbitros. 01 mesário.
26	Voleibol	Conforme Anexo II	02 sets vencedores até 25 pontos. Terceiro set até 15 pontos.	Naipes: masculino e feminino. 02 Árbitros. 01 apontador.

3.1 Descrição do local da execução dos serviços:

3.1.1 Os eventos serão realizados em **CHAPECÓ/SC ou Pinhalzinho/SC**. A UDESC reserva o direito de alteração dos locais de jogos em caso de contratempo ou necessidade.

3.2 Especificações Técnicas (Organização Técnica Esportiva):

3.2.1 Disponibilização de árbitros para o evento.

3.2.2 Disponibilização de material de arbitragem (apitos, cartões amarelo e vermelho, cronômetros, placares, canetas e demais materiais necessários para o serviço de arbitragem).

3.2.3 A empresa de arbitragem deverá seguir a proporção de no mínimo um terço da sua equipe em cada modalidade para a contratação de profissionais afiliados na federação da sua modalidade.

3.2.4 As orientações de organização e execução dos serviços serão estabelecidas pelo fiscal de contrato do centro. Para tal, cabe à contratada:

3.2.4.1 Antes do evento:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

- a) Reuniões com a coordenação geral dos jogos dos centros;
- b) Realizar em conjunto com a coordenação dos jogos dos centros, a visita às instalações esportivas da cidade sede do evento.
- c) Pleno conhecimento do regulamento técnico da competição.
- d) Participação no congresso técnico.
- e) Estar disponível para eventuais alterações até o início dos jogos.
- f) Enviar listagem dos árbitros com 10 dias antecedência, indicando a federação filiada ou apresentação dos documentos que comprovem capacidade técnica de cada árbitro.
- g) Se necessário a UDESC solicitara a substituição do profissional que não atenda aos requisitos acima, justificando a mesma com base na análise da lista nominal e documentação apresentada pela empresa vencedora.
- h) No caso de ingresso de novo arbitro ao quadro da empresa durante a realização do campeonato, tal fato deverá ser comunicado por escrito a Coordenadoria de Eventos da UDESC, para análise e liberação se atender ao edital.

3.2.4.2 Durante o evento:

- a) Estar disponível no local do evento durante todos os dias.
- b) Manter um coordenador de arbitragem geral durante todos os dias do evento
- c) Providenciar a entrega da (s) súmula (s) do (s) jogo (s) logo após a sua realização à Coordenação Técnica dos Evento em questão, no caso de ocorrências que exijam relatórios mais extensos/detalhados;
- d) Estar no local dos jogos com antecedência mínima de 40 minutos ao horário determinado pela Tabela dos Jogos, para o início do jogo/competição.
- e) Verificar as instalações antes do início da partida e relatando qualquer problema verificado para a coordenação do evento, afim de garantir a segurança dos atletas.
- f) Zelar pelas instalações, edificações e equipamentos colocados à disposição para a realização dos jogos/competições;

4. LOTE 4 – LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO, TIPO AMBULÂNCIA “D” UTI

DESCRIÇÃO DO OBJETO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
- Locação de veículo automotivo, tipo Ambulância “D” UTI para atendimento de suporte avançado. - Veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes com alto risco em urgências pré-hospitalares, contendo equipamentos e materiais para a realização de procedimentos complexos e avançado de reanimação e	A. Período: <u>a definir</u> B. Diária com duração de 12h	– a definir

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

estabilização realizados por médico e enfermeiro. - Equipe formada por um motorista, um médico e um enfermeiro.		
Ambulância de suporte básico. Veículo destinado ao transporte pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido e Inter hospitalar de pacientes, contendo equipamentos mínimos para a manutenção da vida. Equipe formada por 01 (um) motorista, 01 (um) enfermeiro.	A. Período: <u>a definir</u> B. Diária com duração de 12h	– a definir

Serviço de emergência: o serviço de locação de ambulância, veículo com o apoio técnico deverá permanecer em local estipulado pelo coordenador do evento.

Finalidade: atendimento de emergência a acadêmicos e participantes do evento para remoção de pacientes para realização de exames, consultas, procedimentos médicos; quando necessário, transferência para outras unidades hospitalares mais próximas do local de evento.

5. LOTE 5 – JOGOS INTERNOS DA UDESC – JIUDISC 2019

Item	Modalidade	Nº de jogos/ provas/período	Tempo de jogo/ ou período	Quadro de árbitros por jogo (mínimo de árb. Federados)
29	Atletismo	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	12 árbitros (5 federados)
30	Badminton	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	02 árbitros (1 federado)
31	Basquetebol	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros; 3 mesários (2 federados)
32	Basquetebol 3x3	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros; 2 mesários (2 federados)
33	Futebol Society	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros; 1 mesário (2 federado)
34	Futebol de campo	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	3 árbitros. 1 apontador (2 federados)
35	Futsal	Conforme	Do De acordo com o	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

		Anexo II	regulamento dos jogos	2 árbitros; 1 mesário (2 federado)
36	Futevôlei	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros; 1 auxiliar (1 federado)
37	Handebol	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros; 1 mesário (1 federado)
38	Judô	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	01 Árbitro (1 federado)
39	Natação	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	08 árbitros (3 federados)
40	Tênis de campo	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	02 árbitros (1 federado)
41	Tênis de Mesa	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	1 árbitro (1 federado)
42	Voleibol	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros. 1 apontador (1 federado)
43	Vôlei de praia	Conforme Anexo II	De acordo com o regulamento dos jogos	2 árbitros. 1 apontador (1 federado)
44	Xadrez	Conforme Anexo II	Período de no máximo 6h	1 árbitro (1 federado)

5.1 Descrição do local da execução dos serviços:

5.1.1 Blumenau-SC de 20 a 23 de junho.

5.1.2 A UDESC reserva o direito de alteração dos locais de jogos em caso de contratempo ou necessidade, sendo que os valores pagos não estarão sujeitos à alteração por conta da mudança de local.

5.1.3 O quantitativo do lote previsto, caso não venham ser totalmente utilizados, poderão ser utilizados em outros centros, com a devida aprovação do fiscal de contrato e em acordo com o contratado.

5.2 Especificações Técnicas (Organização Técnica Esportiva):

5.2.1 Disponibilização de árbitros para o evento.

5.2.2 Disponibilização de material de arbitragem (apitos, cartões amarelo e vermelho, cronômetros, placares, canetas e demais materiais necessários para o serviço de arbitragem) e uniformes.

5.2.3 As orientações de organização e execução dos serviços serão estabelecidas pelo fiscal de contrato do centro. Para tal, cabe à contratada:

5.2.3.1 Antes do evento:

- Reuniões com a coordenação geral dos jogos dos centros;
- Realizar em conjunto com a coordenação dos jogos dos centros, a visita às instalações esportivas da cidade sede do evento.
- Pleno conhecimento do regulamento técnico da competição.
- Participação no congresso técnico.
- Estar disponível para eventuais alterações até o início dos jogos.
- Enviar listagem dos árbitros com 10 dias antecedência, indicando a federação filiada ou apresentação dos documentos que comprovem capacidade técnica de cada árbitro.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

- g) Se necessário a UDESC solicitara a substituição do profissional que não atenda aos requisitos acima, justificando a mesma com base na análise da lista nominal e documentação apresentada pela empresa vencedora.
- h) No caso de ingresso de novo arbitro ao quadro da empresa durante a realização do campeonato, tal fato deverá ser comunicado por escrito a Coordenadoria de Eventos da UDESC, para análise e liberação se atender ao edital.

5.2.3.2 Durante o evento:

- a) Estar disponível no local do evento durante todos os dias.
- b) Manter um coordenador de arbitragem geral durante todos os dias do evento.
- c) Providenciar a entrega da (s) súmula (s) do (s) jogo (s) logo após a sua realização à Coordenação Técnica dos Evento em questão, no caso de ocorrências que exijam relatórios mais extensos/detalhados;
- d) Estar no local dos jogos com antecedência mínima de 40 minutos ao horário determinado pela Tabela dos Jogos, para o início do jogo/competição.
- e) Verificar as instalações antes do início da partida e relatando qualquer problema verificado para a coordenação do evento, afim de garantir a segurança dos atletas.
- f) Zelar pelas instalações, edificações e equipamentos colocados à disposição para a realização dos jogos/competições;

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.1 As empresas participantes da licitação deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica para todos os itens que estarão participando, sendo este Atestado, compatível com o objeto licitatório.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 Atender as solicitações, conforme alterações na Tabela de Jogos, previamente comunicadas, dentro dos novos horários estabelecidos;

7.2 Atuar em conformidade com as normas operacionais do UDESC;

7.3 A prestação dos serviços do edital será conforme programação de cada centro. O gestor de execução emitirá ordem de serviço constando data e local da prestação de serviços. O não atendimento dos prazos informados configura inexecução do contrato, podendo ser rescindido, sem prejuízos das sanções à contratada.

7.4 É vedado à empresa vencedora executar os serviços sem emissão de ordem de serviço expedida pelo gestor de execução, sob pena de não reconhecimento das mesmas;

7.5 É vedada a empresa vencedora interromper a entrega dos itens por qualquer motivo, sem aviso prévio antecipado e de no mínimo 15(quinze) dias do referido ato, sob pena de não aceitação do mesmo e aplicação de sanções administrativas;

7.6 A necessidade de uso de pessoal e materiais (de qualquer natureza) será de responsabilidade da empresa contratada, estando todos estes custos inclusos no preço da proposta vencedora do certame licitatório. Prestar os serviços objeto do Contrato dentro de elevados padrões, empregando materiais de primeira qualidade;

7.7 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente atender;

7.8 Não transferir a ordem a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar ou efetuar substituição de subcontratada, de qualquer das prestações e serviços a que esta é obrigada por força do presente Edital/Contrato, sem prévio assentimento escrito da CONTRATANTE;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

7.9 responsabilizar-se por eventuais danos materiais, ou acidentes pessoais, que eventualmente venham a ocorrer em consequência de seus serviços;

7.10 assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, ficando expressamente estipulado que não se estabelece, por força da prestação de serviços objeto deste Contrato, qualquer relação de emprego entre a CONTRATANTE e os empregados que a CONTRATADA fornecer para execução dos serviços, correndo por conta exclusiva desta última as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga saldar na época devida;

7.11 Efetuar de imediato, sempre que exigido pela CONTRATANTE que declara os motivos da exigência, o afastamento de qualquer empregado ou subcontratado, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços contratados ou ao interesse do serviço público;

7.12 ter seus funcionários devidamente registrados e segurados (quanto a acidentes e outros), conforme a Consolidação das Leis do Trabalho;

7.13 responsabilizar-se por qualquer atendimento médico de seus empregados, por acidentes ou mal súbito, quando ocorrido em serviço nas dependências da Contratante;

7.14 A Empresa contratada não poderá cobrar valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno;

7.15 É de responsabilidade da Contratada respeitar e fazer com que seu pessoal respeite à Legislação sobre segurança, meio ambiente, higiene e medicina do trabalho, sua regulamentação, bem como as disciplinas, regulamentos e normas afins, inclusive o fornecimento e a cobrança do uso por parte de seus funcionários de equipamentos de proteção individual – EPI's;

7.16 A Empresa deverá deter todos os equipamentos necessários para elaboração do serviço, não sendo admitida a solicitação de ferramentas/equipamentos ou qualquer material para a UDESC com fins de elaboração do serviço licitado;

7.17 A Contratada deve comunicar todos os serviços executados ao Gestor de Execução (fiscal do contrato) logo que concluído o serviço diário em cada uma das cidades para que seja feita a avaliação do mesmo;

7.18 As notas deverão ser apresentadas ao Gestor de Execução do Contrato que solicitou o serviço para que o mesmo “CERTIFIQUE” a nota, sendo que esta deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios de regularidade fiscal.

8. DO PRAZO, LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1 A prestação dos serviços será executada pelo (s) contratado (s), conforme a necessidade e mediante emissão de Ordem de Serviço – doravante “OS”

8.2 A data de fornecimento dos produtos constará na OS emitida pelo Centro Contratante.

8.3 O Centro Contratante deverá dar ciência, para a Contratada, da OS emitida (via e-mail ou outra forma eficaz) em um prazo de no mínimo 20 dias de antecedência da data de execução do serviço.

8.4 Os prazos estabelecidos neste Edital não admitem prorrogação salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, assim reconhecido pela UDESC;

8.5 O local para execução dos serviços poderá ser alterado pela UDESC, para outros endereços dentro das Cidades onde a UDESC possua centros de ensino, sendo o licitante informado previamente sobre a alteração;

8.6 Sendo identificada qualquer irregularidade na prestação do serviço essa deverá ser sanada imediatamente pela FORNECEDORA, sem que com isso ocorra qualquer custo adicional a UDESC;

9. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

9.1 A prestação dos serviços pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no Art. 18 da Lei Federal 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.2 Na emissão das Notas Fiscais e DANFES deverá ser informado o número do empenho;

9.3 responsabilizar-se pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante;

9.4 A empresa vencedora responderá civil e criminalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à administração e/ou terceiros, por seus empregados credenciados, nos locais de trabalho.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

Quadro de Quantitativo e Especificação Mínima dos Itens

ANEXO AO EDITAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

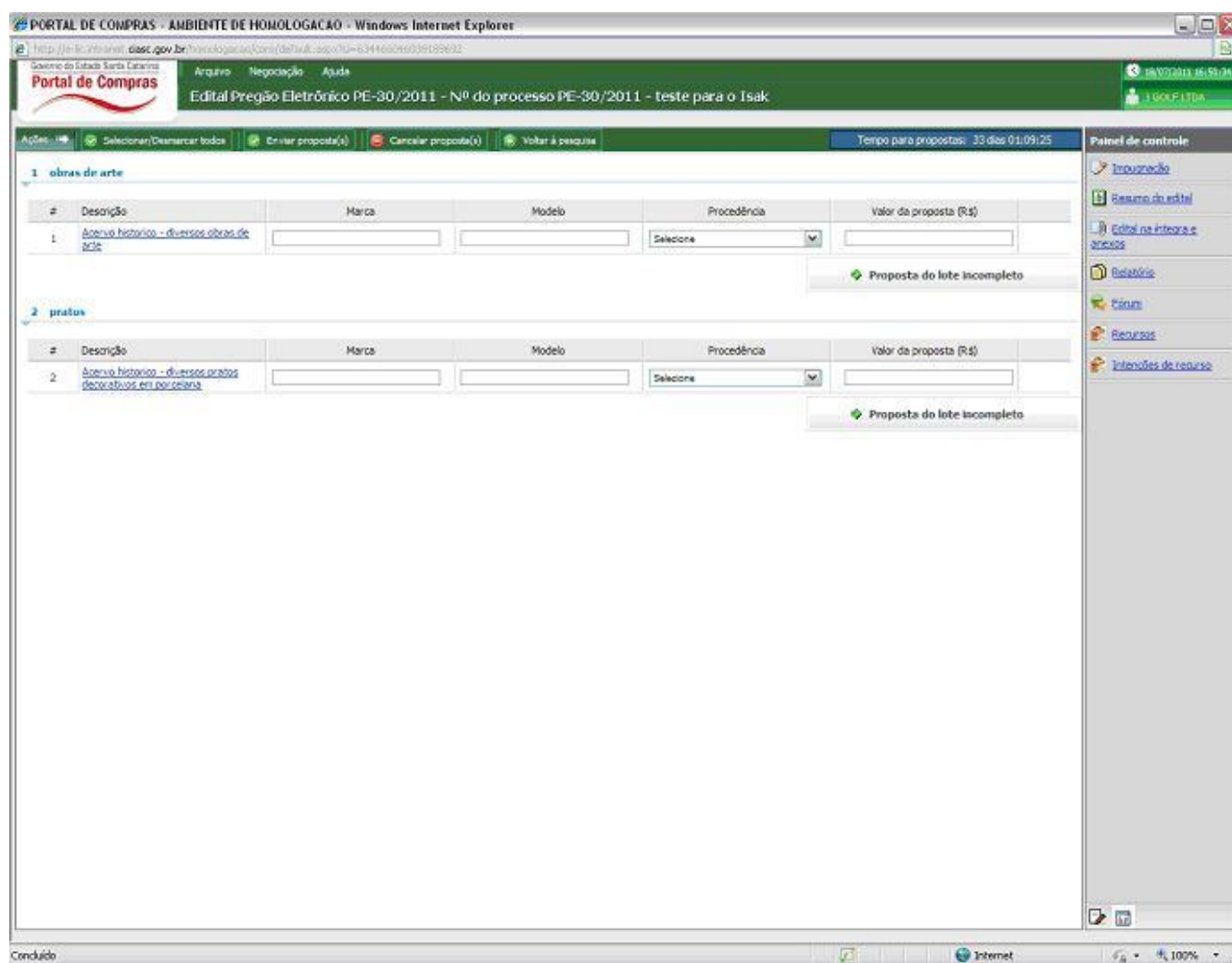
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

Modelo de Proposta de Preços On-line *ILUSTRATIVA*

Este anexo é meramente ilustrativo, e não contempla todos os requisitos formais constantes no Anexo I e Anexo II deste edital.



PORTAL DE COMPRAS - AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO - Windows Internet Explorer

http://portal.compras.udesc.br/ambiente/homologacao/...
 Governo do Estado Santa Catarina
 Portal de Compras
 Arquivo Negociação Ajuda
 Edital Pregão Eletrônico PE-30/2011 - Nº do processo PE-30/2011 - teste para o Isak
 16/03/2011 16:54:24
 GOV.FLTPA

Ações: Selecionar/Desmarcar todos Enviar proposta(s) Cancelar proposta(s) Voltar à pesquisa Tempo para propostas: 33 dias 01:09:25

1 obras de arte

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
1	Arquivo histórico - diversos obras de arte			Selecione	

Proposta do lote incompleto

2 pratos

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
2	Arquivo histórico - diversos pratos decorativos em porcelana			Selecione	

Proposta do lote incompleto

Painel de controle

- Inscrição
- Resumo do edital
- Edital na íntegra e anexos
- Relatório
- Forum
- Recursos
- Intenções de recurso

Concluído Internet 100%

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / E-MAIL –

ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO

DOCUMENTOS ADICIONAIS

IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / E-MAIL –

❖ **AMOSTRA (QUANDO FOR O CASO)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO nº 0630/2019

Recibo de Documentos Adicionais e Amostras

Declaro que recebi no Protocolo da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, o envelope contendo Documentos Adicionais, Laudo Técnico do Fabricante, e Amostra, para serem anexados ao Pregão Eletrônico nº 0630/2019, da empresa:

Observações:

- 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope;
- 2) Não pode conter rasuras;
- 3) Válido somente com carimbo e visto do Protocolo.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0630/2019

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de dois mil e dezoito, o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.891.283/0001-36, doravante denominado Órgão Gerenciador, representado neste ato pelo Magnífico Reitor Marcus Tomasi, CI nº 1460806/SSPSC, CPF 404.294.820-00, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas neste pregão eletrônico, para Registro de Preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, , sujeitando-se as partes ao edital deste pregão eletrônico, as determinações da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

LOTE/ITEM	OBJETO	MARCA/MODELO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO

Empresa:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na – Bairro:-...../SC, neste ato representada por seu,, portador do CPF nº, documento de identidade nº e, doravante, denominada fornecedora.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo II, do Edital deste pregão eletrônico, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

§ 1º – São Participantes desta Ata, aqueles descritos no Anexo I, deste Edital de pregão eletrônico.

§ 2º – Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo II do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

§ 3º – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC).

§ 1º – Considerando que o Sistema eletrônico utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame implicando também a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo, a assinatura da Ata de Registro de Preços será substituída e firmada nos termos do Anexo VIII -Termo de aceite da Ata de Registro de Preços.

§ 2º – A empresa DECLARA por fim, que o Termo de aceite da Ata de Registro de Preços supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços deste pregão eletrônico, surtindo efeitos jurídicos.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Contratos

Para consecução do fornecimento dos produtos registrados nesta Ata, serão emitidas autorizações de fornecimento/contratos entre as empresas julgadas vencedoras – Fornecedoras e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Órgão Participante, deste pregão eletrônico.

CLÁUSULA QUARTA – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital deste pregão eletrônico, seus Anexos e a proposta eletrônica da Fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – Nos termos do art. 15, §4º da Lei 8.666/93, a Administração não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, o objeto cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – Fica vinculado a este instrumento o Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços, Anexo VIII, do edital deste pregão eletrônico.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

Florianópolis,

Órgão Gerenciador FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Empresa

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

Anexo VII

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0630/2019**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UDESC QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC E A EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC, com sede na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC – CEP 88035-901, inscrito no CNPJ sob o nº 83.891.283/0001-36, inscrição estadual isenta, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu titular, Reitor Marcus Tomasi, CI nº xxxxxxxx/SSPSC, CPF xxxxxxxxxxxxxxxxx, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA A UDESC**, de acordo com as especificações e condições para execução do objeto, descritos no **Anexo I** do Edital deste Pregão Eletrônico.

PARÁGRAFO ÚNICO – São partes integrantes do Contrato, como se transcritos estivessem, o edital de licitação PE nº 0630/2019 e seus anexos, os documentos, proposta e informações apresentadas pela Contratada que deram suporte ao julgamento do referido pregão.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.**§ 1º Do Preço**

I - O valor total deste Contrato é de R\$ (.....), conforme discriminado no quadro abaixo:

Lote/Item	Características Mínimas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

§ 2º – Das Condições de Pagamento

I – O pagamento, conforme vigência do contrato, será:

a) Os pagamentos serão efetuados em até 30 dias após o faturamento, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, emitida pela **CONTRATADA**, em nome da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, acompanhada da liberação da Comissão de Recebimento dos Serviços, devidamente certificada, devendo constar também o número da licitação e do Contrato, por intermédio de Ordem Bancária do Banco do Brasil;

b) a nota fiscal modelo 1 ou 1-A, deve, obrigatoriamente, ser substituída pela Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, conforme determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009. (Informações no site <http://nfe.sef.sc.gov.br>)

II – por meio do Banco do Brasil, até 30 (trinta) dias subsequente ao fornecimento, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, devendo apresentar os seguintes documentos:

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC****PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC**

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), ou contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

III – A não apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

IV – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

V – O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

VI – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

§ 3º – Da Atualização por Inadimplemento

I -Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei 8.666/93.

§ 4º – Do Reajuste

O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato, e inclui:

I – Todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93;

II – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá a conta dos recursos consignados no orçamento abaixo:

SUBAÇÃO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESA

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Vigência do Contrato

I - O prazo de vigência deste instrumento tem início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

I - DA CONTRATADA

- a) - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) -Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições dentro do prazo estabelecido no Edital e seus anexos, após a assinatura do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;
- c) - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições no local estabelecido no Edital e seus anexos;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

- d) - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, o objeto com avarias ou defeitos, a contar da data do requerimento pela CONTRATANTE;
- f) - Comunicar por escrito à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre os materiais oferecidos;
- i) - O transporte dos materiais objeto deste, até o local de entrega é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- j) - Não será admitida a subcontratação do objeto lícitado;
- l) - Cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação no desempenho de suas atividades rotineiras.
- m) - Disponibilizar, após o recebimento da Nota de Empenho e no máximo até a entrega dos materiais, os contatos (endereço web e/ou e-mail e/ou telefone) para abertura de chamado, quando for o caso;
- n) - As atividades de abertura de chamados deverão ocorrer em dias úteis, no horário comercial.
- p) - Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos materiais desta licitação, promovendo a substituição dos mesmos, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do requerimento da CONTRATANTE, caso verificada a sua desconformidade durante a realização dos testes de aceite;
- q) - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- r) - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- s) - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados ao fornecimento dos materiais;
- t) - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do processo licitatório;
- u) - O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

II - DA CONTRATANTE

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- c) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para eventual prestação de serviço.
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- e) Analisar os pedidos de alteração de configuração antes da entrega do material;
- f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital deste Pregão Eletrônico e seus anexos;
- g) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da licitação, bem como, por qualquer dano causado a outrem, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- h) Efetuar o registro de possíveis ocorrências no CRC da SEA/SC em desfavor dos fornecedores que eventualmente venham a descumprir as condições estabelecidas em edital;

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

- i) Efetuar a retenção do valor correspondente às multas nos pagamentos devidos à CONTRATADA, caso estas, não as tenham recolhido no prazo determinado pela Administração, em como, os recolhimentos tributários incidentes sobre o objeto da licitação, na proporção prevista na legislação aplicável a matéria;
- j) Observar para que os bens patrimoniais desta Universidade considerados como inservíveis sejam descartados de maneira ecologicamente correto;
- l) Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento

§ 1º – Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas às disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

- I – por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
- III – judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes consequências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
 - a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
 - b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas, sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa:
 - a) 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove virgula nove por cento);
 - b) 10% (dez por cento) em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- III – Impedimento do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a Contratada dentro do prazo de validade da sua proposta:
 - a) não celebrar o Contrato;
 - b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
 - c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - d) não manter a proposta;
 - e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
 - f) comportar-se de modo inidôneo;
 - g) cometer fraude fiscal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 4º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A UDESC fiscalizará a execução do contratado nos termos do art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei 8.666/93.

Ao gestor compete:

1 – Cuidar das questões relativas:

- a) à prorrogação de Contrato junto à Autoridade Competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes e demais documentos necessários;
- b) à comunicação para abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens e/ou a prestação de serviços e com antecedência razoável;
- c) a certificação de Faturas/Notas Fiscais, bem como atestar o recebimento provisório do objeto do Contrato;
- d) à comunicação ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

2 – Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

3 – Exigir somente o que for previsto no Contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;

4 – Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações;

5 – Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração;

6 – Responsabilizar-se pelas informações para alimentação dos sites do Governo e sistemas informatizados da Casa, sempre quando cobradas/solicitadas;

7 – Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

8 – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

9 – Documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;

10 – Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, bem como a citação e intimação da contratada sobre atos decisórios, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

11 – O gestor deverá ainda encaminhar ao órgão central, obrigatoriamente, cópia do contrato ou termo aditivo, assinados, e do extrato de publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC****PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC**Ao fiscal compete:

- 1 – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- 2 – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- 3 – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua formalização e atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio ao gestor para que efetue corretamente a atestação;
- 4 – Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- 5 – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, comprova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Anotar todas as ocorrências no diário, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- 6 – Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas para a Certificação do Gestor ou de quem mais competir, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- 7 – Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- 8 – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou a Inexigibilidade de Licitação, principalmente em relação aos prazos previstos;
- 10 – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

As condições expressas neste contrato são meramente exemplificativas, o que não exime o Gestor e o Fiscal de demais responsabilidades provenientes da presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital de Pregão Eletrônico nº 0630/2019, à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

...../SC, de de 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE
SANTA CATARINA - UDESC
CONTRATANTE

CONTRATADA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS - CLC

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

TERMO DE ACEITE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal Sr(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para os fins que se fizerem necessários, que tem total conhecimento da Ata de Registro de Preços, instituída pelo Pregão Eletrônico de nº 0630/2019, que tem por objeto o fornecimento de, ratificando-a em todos os seus termos e condições, ratifica ainda, as especificações e quantitativos exigidos, bem como o preço apresentado e registrado.

DECLARA, por fim, que o presente documento supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 0630/2019, surtindo efeitos jurídicos a partir desta data.

Local e data,

Razão Social da empresa

Nome, cargo e assinatura

CPF nº



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO nº 0630/2019
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Autorização de fornecimento vinculada a Ata de Registro de Preços e ao Edital de Pregão Eletrônico nº 0630/2019

Autorização de fornecimento nº ____/2019

Fornecedor:			Endereço:			
CNPJ/MF:			Bairro:	CEP:		
Banco:	Agência:	Conta:	Município:	UF:	Telefone:	
			e-mail:			
ITEM	Descrição dos Materiais		Unidade	Quantidade	Preço (R\$)	Preço Total (R\$)
01						
02						
TOTAL DA AF (R\$):						
ATENÇÃO – EMITIR NOTA FISCAL EM NOME DE (Centro participante – Anexo I e II)			UNID. ORÇAMENT.	SUBAÇÃO	NATUREZA	FONTE
Vigência da AF:						
ATENÇÃO: 1) Frete – CIF 2) para efeitos de pagamento, apresentar: Nota Fiscal; CND do Estado de Santa Catarina e do Estado sede do fornecedor; CND municipal; CND da União; INSS e FGTS; 3) advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória e/ou na execução desta A.F. estarão sujeitas às sanções previstas; 4) são partes integrantes desta Autorização de fornecimento, como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.						
Florianópolis,						
Assinatura do Ordenador Primário						



ANEXO X

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0630/2019

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefones: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante legal/Nome:

CPF:

Documento de Identidade:

Cargo/Função na empresa:

Telefones: () Celular: ()

Local e data,

NOME, CARGO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE DA EMPRESA